

JORGE DE ALARCÃO

*Universidade de Coimbra, Centro de Estudos em Arqueologia, Artes
e Ciências do Património, Professor Catedrático Aposentado da Faculdade de Letras*
jorge.alarcao@gmail.com

JOSÉ LUÍS MADEIRA

*Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Técnico Superior do DHEEA,
Instituto de Arqueologia*
madmad@uc.pt

A CASA DA RUA DA PRINCESA EM TRÓIA (SETÚBAL)

THE HOUSE IN RUA DA PRINCESA IN TRÓIA (SETÚBAL)

“Conimbriga” LX (2021) p. 143-180

http://doi.org/10.14195/1647-8657_60_4

Texto recebido em / Text submitted on: 25/11/2020

Texto aprovado em / Text approved on: 30/04/2021

RESUMO: Em 1850 foi escavada em Tróia (Setúbal, Portugal) uma *domus* que se achava em excelente estado de conservação, pois ainda se mantinham as paredes do piso superior, com suas pinturas murais. Por incúria dos escavadores, as paredes foram ruindo à medida que iam sendo escavadas. A derrocada prosseguiu ao longo do séc. XIX.

Recorrendo ao sumário relatório das escavações de 1850, a fotografias antigas, ao que vários autores escreveram sobre a casa e ao que hoje dela resta, tentamos uma reconstituição do que seria a *domus*.

PALAVRAS-CHAVE: Tróia (Setúbal, Portugal); arquitetura doméstica romana; *domus*.

Conimbriga, 60 (2021) 143-180

ABSTRACT: In 1850, in Tróia (Setúbal, Portugal), archaeologists excavated a very well preserved domus, which still had the walls to the upper floor with mural paintings. Due to the archaeologist's neglect, the excavation led to the collapse of the walls, a process which continued to take place during the 19th century.

We present a reconstitution of the domus based on the brief report of the excavations undertaken in 1850, on old photographs and on various author's descriptions of the house and what is left of it.

KEYWORDS: Tróia (Setúbal, Portugal); Roman domestic architecture; domus.

A CASA DA RUA DA PRINCESA EM TRÓIA (SETÚBAL)

Dá-se o nome de Rua da Princesa, em Tróia, a uma área onde a princesa D. Maria (futura rainha D. Maria I) mandou fazer escavações (COSTA, 1930-1931: 19). Não se sabe ao certo quando; mas tendo D. Maria sucedido a seu pai, o rei D. José, em 1777, as escavações terão sido feitas antes dessa data.

Os trabalhos devem ter sido de pequena monta. Deduzimos isso do facto de Cornide, que visitou Tróia em 1799 (ABASCAL e CEBRIÁN, 2009: 562-564), não se referir à casa de que nos vamos ocupar. Se alguma parte substancial dela tivesse ficado à vista, Cornide não teria deixado de assinalá-la. Terão sido, porém, recolhidos “muitos espécimes arqueológicos”, incluindo uma coluna com seu capitel coríntio – coluna que viria a ser transportada para Setúbal e aí erguida. Marques da Costa (1930-1931: 19-20) refere as vicissitudes por que passou esta coluna, hoje erguida na Praça do Marquês de Pombal. Se o fuste é realmente romano, a cor branca do mármore não se compagina com o mármore azulado que seria o das colunas do edifício que hoje é conhecido pela designação de “Casa da Rua da Princesa”.

Em 1850, a *Sociedade Archeologica Lusitana*¹ fez novas escava-

¹ A *Sociedade Archeologica Lusitana* foi formalmente instituída a 9 de novembro de 1849, em Setúbal, com o fim de, segundo o artigo 2º dos seus estatutos, “exclusivamente promover por todos os meios ao seu alcance, e efetuar uma escavação nas ruínas da antiga Cetobriga”. A aprovação dos estatutos foi feita por alvará de D. Maria II datado de 27 de março de 1850. O relatório justificativo da criação da Sociedade, o alvará régio e os estatutos foram publicados numa pequena brochura intitulada *Estatutos da Sociedade Archeologica Lusitana fundada na villa de Setubal*. A brochura saiu dos prelos da Imprensa Nacional, em Lisboa, em 1850. Nessa época julgava-se que a Cetóbriga das fontes literárias antigas era Tróia. Hoje sabe-se que Cetóbriga corresponde a Setúbal. O nome de Tróia na época romana permanece ignorado (ALARCÃO, 2011: 324-328). Os estatutos da Sociedade previam, no seu artigo 3º, a formação “na villa de Setubal [de] um Museu Archeologico dos objectos que se descobrirem”. Neste

ções na dita “rua”, mas não sabemos se no mesmo exato local ou no mesmo prédio onde foi encontrada a coluna. Um relatório breve desses trabalhos foi publicado na *Revista Popular*, 3 (1850-1851) e republicado por Fernando Castelo-Branco (1963: 29-44). Os responsáveis pelas escavações e redatores desse relatório chamaram-lhe *Diário*. Na realidade, o *Diário*, tal como foi publicado, é um registo semanal (sem prejuízo de referências ao que se fez num dia e ao que se descobriu em outro dia). É possível que os escavadores tenham feito relatório mais circunstanciado, dia a dia, e que, depois, tenham redigido um resumo para efeitos de publicação na *Revista Popular*. Se tal relatório circunstanciado existiu, o seu manuscrito perdeu-se (ou não foi ainda encontrado).

A publicação, pelo seu carácter sumário e por total ausência de desenhos, suscita-nos muitas dúvidas de interpretação. Acresce que as medidas, quando indicadas, são dadas em palmos, varas, braças ou passos. Se para o palmo e a vara não temos problema em convertê-los a 0,22m e 1,10m, respetivamente, já na equivalência da braça e do passo devemos confessar a nossa hesitação. Temos atestação de braças de 1,84m e de 2,20m, e, para o passo, há diversas medidas. Por outro lado, expressões usadas pelos redatores do *Diário*, como “terá 60 palmos”, “situado a 25 ou 30 passos”, “mais ou menos 18 palmos”, deixam-nos crer que as medidas foram calculadas à vista, sem medições rigorosas.

A casa que em 1850 foi parcialmente descoberta foi-se desmoronando à medida que ia sendo escavada.

Lemos no *Diário*, por exemplo:

“A tarde do dito dia [6 de maio de 1850] e todo o seguinte empregaram-se em desentulhar a casa...² e a aliviar das areias exteriores a parede do nascente, que mostrava pouca solidez: não se fez igual operação à parede oposta, por parecer aos trabalhadores estar em bom estado; mas a manhã seguinte veio mostrar-lhes o seu erro, aparecendo desabadas para o interior da casa esta parede e grande

aspecto (como noutros, aliás), o estatuto não foi cumprido. Sobre a *Sociedade Archeologica Lusitana* veja-se MARTINS, 2014.

² O termo “casa” ainda se usava, nos meados do séc. XIX, com o sentido de “sala”, “compartimento” ou “divisão”. Um prédio tinha várias “casas”. No séc. XVII, a expressão “morada de casas” usava-se para designar um prédio ou moradia. Ignoramos até quando se manteve esta designação.

porção de areias nelas encostadas, inutilizando grande parte do trabalho feito”.

“No dia 5 [*de novembro de 1850*] achámos fixas sobre a parede da frente da varanda duas bases de mármore de colunas, e escavando-se numa parte desta varanda com o fim de irmos descendo ao piso térreo, quando apenas a tínhamos refundado cousa de três palmos observámos que a parede da frente se desmoronava, e passando a examiná-la, vimos que estava num completo estado de ruína; tratámos pois de apear essa altura da parede já descoberta...”.

Manifestamente, os escavadores não cuidaram de evitar a ruína de um prédio cujas paredes ainda se conservavam a grande altura e com pinturas murais no andar superior. Na época, o interesse era sobretudo o de recuperar objetos e, em particular, moedas. Destas encontra-se no *Diário* uma comprida relação.

Apesar de tudo, alguns anos depois, Oswald Crawford, cônsul inglês no Porto, homem culto e viajado, tendo visitado Tróia, ficou impressionado pelo edifício:

“When the Duke of Palmella’s society [isto é, a *Sociedade Archeologica Lusitana*] made their excavation, they simply removed this sand from the top, and came in time to the roof, or the place where it had been, then they laid bare the upper storey, then the ground floor... Having examined the house itself, which seemed to me larger and loftier than the ordinary houses in Pompeii streets...”³.

Não sabemos quando, exatamente, é que Oswald Crawford visitou Tróia. Foi depois de 1867, pois só neste ano é que veio para Portugal; mas antes de 1882, data em que publicou a obra da qual extraímos aquela passagem.

A casa continuou a desmoronar-se.

Em 1898 foi publicada uma planta do que então era visível, com um alçado do que se conservava da fachada norte e uma fotografia (COSTA, 1898) (FIGS. 1 e 2)⁴.

³ A citação foi extraída da obra de Oswald Crawford, *Portugal old and new*, publicada em Londres em 1882. Um extrato da obra mais extenso do que o da nossa citação encontra-se, vertido ao português, em CASTELO-BRANCO, 1963: 26-28.

⁴ Fotografia idêntica foi publicada por Mesquita de Figueiredo, 1913: 361.

Em 1893, A. Mesquita de Figueiredo publicou na *Revue Archéologique* um breve artigo sobre monumentos romanos de Portugal. Pouco relevantes são as linhas que aí consagrou a Tróia. Refere, todavia, que em 1875 se constituiu em França uma *Société de recherches archéologiques et d'exploitation agricole du domaine de Tróia (Portugal)*. Esta Sociedade, segundo informação de Mesquita de Figueiredo, não teve êxito. O que no artigo mais interessa, respeitante à casa da rua da Princesa, são as duas fotografias que o autor aí apresentou. Uma delas corresponde à publicada por Marques da Costa no seu artigo de 1898 (FIG. 2, que reproduzimos de um postal da coleção particular de José Madureira Lopes). A outra, hoje no Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal da Figueira da Foz, é a que reproduzimos na nossa FIG. 3.

A planta e o alçado publicados em 1898 viriam a ser republicados por Marques da Costa num artigo de *O Archeologo Português* de 1930-1931 (FIG. 4)⁵. São pequenas as diferenças entre a planta de 1898 e a de 1930-1931, mas não devemos ignorá-las. Ficamos sem saber se devem explicar-se por, entre aquelas datas, terem desaparecido alguns muros e surgido outros devido a movimentação das areias.

A descrição que Marques da Costa fez do prédio no seu artigo de 1930-1931, bem como certos desenhos que aí apresentou, são essenciais para tentarmos reconstituir o edifício. Fica-nos, porém, uma dúvida: como reconstituiu o autor o que já não pode ter visto?⁶ Imaginando? Interpretando o *Diário*?

Esta nossa dúvida é tanto mais pertinente quanto é certo que a nossa interpretação do *Diário* diverge, nalguns pontos, da de Marques da Costa.

⁵ Com data de 1930-1931, o vol. 29 de *O Archeologo Português* só saiu em 1933. Não podemos determinar a data em que Marques da Costa redigiu o seu texto. Terá sido muito antes de 1930-1931?

⁶ Nascido em Pousos (Leiria) em 1857, Marques da Costa pode ter vindo para Setúbal na primeira metade da década de 1890, visto que em 1896 e 1897 já publicava notícias sobre antiguidades dessa cidade e de Alferraz e em 1896 convidava Leite de Vasconcelos a visitar alguns lugares da região setubalense onde tinha identificado vestígios arqueológicos (CARDOSO, 2014). O estado de conservação (ou de degradação) em que se encontrava o edifício na década de 1890 só pode julgar-se pelas ilustrações do artigo de 1898. A planta e o alçado de 1898, desenhados por Manuel José de Aguiar Trigo, correspondem ao que Marques da Costa terá visto. É óbvio que não pode ter visto muitos dos pormenores ilustrados no seu artigo de 1930-1931.

O autor pode, porém, ter-se servido de relatórios, notas ou desenhos da *Sociedade Archeologica Lusitana* posteriormente desaparecidos. Com efeito, escreveu (COSTA, 1930-1931: 20):

“Foi observando diretamente as ruínas das casas da Rua da Princesa e com o auxílio dos “Diários” da escavação de Tróia, publicados nos n.ºs 10, 11 e 12 da *Revista Popular*⁷, e os restantes diários, existentes ainda em manuscrito, que foram entregues à Academia das Belas Artes em 1868, juntamente com outros documentos e livros respeitantes às mesmas escavações feitas pela dita Sociedade, que pudemos reconstituir mental e graficamente as ditas casas”.

Manifestamente, Marques da Costa teve acesso a documentação que posteriormente se perdeu ou que, se acaso ainda existe, tem paradeiro desconhecido. Nessa documentação podia haver desenhos. No *Diário* encontramos referência a “uma peça de mosaico, do qual brevemente se publicará o desenho e descrição” (CASTELO-BRANCO, 1963: 38). Não nos consta que a Sociedade tenha publicado o desenho anunciado. Será o que Marques da Costa reproduziu na Estampa IX do seu artigo de 1930-1931?

Fica-nos, pois, a dúvida sobre se alguns dos desenhos com que Marques da Costa ilustrou o seu artigo reproduzem desenhos da *Sociedade Archeologica Lusitana* que estariam entre os papéis perdidos da dita Sociedade, ou se são desenhos da sua exclusiva responsabilidade, imaginativos.

Imaginativa, fantasista e ingénua é seguramente a sua “perspetiva do exterior da fileira de casas vista do Norte” – que reproduzimos na nossa FIG. 5. O autor ocultou com duas árvores o que, no seu desenho do que seria a fachada (FIGS. 1 e 4), surge como extrema ruína.

Seja como for, a reconstituição que vamos tentar da casa da Rua da Princesa baseia-se no *Diário* de 1850 e na planta e alçado publicados em 1898 e republicados em 1930-1931; mas apoia-se também nas fotografias antigas anteriormente referidas e no levantamento, em planta e alçado, dos muros que sobrevivem – levantamento feito em 2004 pelo Arq.º Paulo Aires para o Instituto Português do Património Arquitetó-

⁷ Os números citados da *Revista Popular* correspondem a fascículos do volume 3 da mesma revista.

nico. Esta planta foi desenhada à escala 1: 100. Vai reproduzida a outra escala na nossa FIG. 6.

As plantas publicadas em 1898 e 1930-1931 têm indicação numérica (e não gráfica) de escala 1: 200. Do seu confronto com a planta do Arq.^o Paulo Aires resulta evidente que não foram publicadas àquela escala. Terão sido desenhadas, efetivamente, à escala 1: 200, mas o editor de *O Archeologo Português* alterou-lhes a dimensão sem disso advertir o leitor.

A nossa planta da FIG. 7 representa o que supomos ter sido o rés do chão da casa. Nas plantas de Marques da Costa (FIGS. 1 e 4), as paredes orientais da casa surgem desenhadas ortogonalmente. Na fotografia da nossa FIG. 3 também parece observar-se ortogonalidade. No levantamento do Arq.^o Paulo Aires, porém, as paredes apresentam um desvio de cerca de 5°.

Não será muito convincente a ideia de que as paredes podem ter sido desviadas do seu alinhamento original por virtude da pressão das areias a oriente – pressão que, todavia, obrigou, há alguns anos, a uma obra de engenharia para evitar o seu deslize. Se tivesse havido, posteriormente às escavações do séc. XIX, esse desvio, ele devia ter provocado também deslocação de outras paredes da casa. Poderá o desalinho corresponder ao original? Desvios da perfeita ortogonalidade são comuns na arquitetura doméstica romana.

Fica na dúvida este pormenor. Um desvio original não teria, contudo, significativa relevância na reconstituição que fazemos da fachada da casa.

Distinguimos, nessa nossa planta do rés do chão, os muros que subsistem, os que já não se veem, mas estão desenhados nas plantas de Marques da Costa, e os que supomos conservados sob as areias, aguardando a sua descoberta em futuras escavações.

O confronto da nossa planta com as de Marques da Costa torna óbvio que se veem hoje, do lado sul, paredes que naquelas plantas se não desenhavam⁸.

O compartimento 1 da nossa FIG. 7 tinha acesso direto a partir do exterior. A largura da porta e as dimensões do compartimento deixam-nos supor que era espaço de armazenamento.

⁸ Corresponderão a intervenção posterior a 1930-1931, do tempo em que Manuel Heleno e, depois, D. Fernando de Almeida tiveram a direção científica de trabalhos em Tróia?

Esta divisão tinha segundo acesso por um vão na sua parede oriental – vão que se abria num largo e comprido corredor 4. Este corredor tinha entrada direta pelo exterior (por uma porta a norte) e alcançava, do lado sul, o criptopórtico 18 em torno do saguão 17. Falaremos do saguão e do criptopórtico mais adiante.

A entrada lateral que se abria em 4 dava acesso, simultaneamente, a 1 e a 2. Um pilar retangular entre as duas divisões serviria de apoio a arcos ou barrotes que sustentariam uma parede no andar superior.

A divisão 3 tinha entrada pelo criptopórtico 18. É perfeitamente fantasista a ideia, sustentada por Marques da Costa (1930-1931: 26), de que esta divisão serviu de câmara sepulcral. O autor também sugeriu que os compartimentos 1, 2 e 3 constituíam um edifício autónomo que “serviu de sepulcro”, com um triclinio para banquetes rituais em honra dos mortos. Tomou o nº 4 da nossa planta como uma viela e daí o ter feito de 1, 2 e 3 um edifício autónomo.

Temos dúvidas em sustentar convictamente a existência de dois compartimentos 5 e 6. Em alternativa, podemos imaginar uma galeria larga e comprida, sem subdivisões. Na planta de 1898 desenha-se, do lado oriental do nosso compartimento 5, um muro que, em D da planta de 1930-1931 (FIG. 4), aparece reduzido ao que poderia ser um simples contraforte interno. Por outro lado, na planta de 1898 (FIG. 1) não se desenha o muro que na de 1930-1931 aparece como parede oriental do nosso compartimento 6 (= E de Marques da Costa). Por último, nenhuma das plantas desenha o muro com que fechamos, a ocidente, o compartimento 5.

A suposição de que havia muros (e, portanto, uma compartimentação em 5 e 6) baseia-se não só na conjugação das plantas antigas como também em razões estruturais: o edifício, na sua fachada norte, era muito alto (como já adiante veremos) e as paredes precisariam de reforço. Seria este obtido por muros transversais que, ao mesmo tempo, dividiriam o espaço em dois compartimentos? Ou por arcos transversais que arrancariam de pilares adossados às paredes? Devemos ter também em atenção que Marques da Costa representa, nos seus desenhos, portas para o exterior no seu espaço D. Parece-nos que tais portas (uma delas óbvia, a outra duvidosa) fazem mais sentido admitindo realmente dois compartimentos – mas o argumento não é decisivo.

Os compartimentos 7, 8, 9 e 10 são inequívocos, quer pelo seu desenho nas plantas de Marques da Costa, quer pelos muros que ainda se conservam.

As portas de 9 e 10 para o criptopórtico 18 são seguras. A derrocada total da parede norte de 7 não nos permite confirmar a porta que se desenha nas plantas de Marques da Costa, mas não temos a mínima razão para duvidar dela: parece-nos imperativa.

A existência de um compartimento 11 (= E de Marques da Costa), com uma larga porta exterior e, sobreposta, uma janela, é segura. Já a existência de uma parede que separaria as divisões 12 e 13 é suspeita. Baseados nas plantas antigas, podemos supor uma única divisão. Na parede oriental de 12/13, e no ponto onde poderia existir um muro transversal, divisório, observa-se ainda hoje um arranque. Pode, todavia, tratar-se de vestígio de pilar adossado à parede e do qual arrancaria, mas a cota bastante alta, um arco. Neste caso, pelo menos ao nível do rés do chão, poderia haver um só compartimento, e teríamos de fundir as nossas divisões 12 e 13.

Os compartimentos 14 e 15 integram uma parte recuada do edifício, pois nada nos permite sustentar a ideia de uma divisão a norte de 14, alinhada com a fachada do edifício.

Os muros atualmente visíveis permitem reconstituir uma divisão 16 que nas plantas de Marques da Costa se não desenha, porque estaria coberta por areias. É curiosa a reentrância que se vê na parede do lado sul, talvez correspondente a uma remodelação.

Esta divisão 16 tinha portas para 13 e 15 e para o criptopórtico 18.

Com que fundamento sustentamos a ideia de um criptopórtico? E que pé-direito daremos às divisões do rés do chão?

Na FIG. 8 apresentamos um corte do edifício (tal como o imaginamos) pela linha A-A' da nossa planta da FIG. 7. A cheio vão os muros que hoje se observam, à altura a que se conservam; a tracejado, os muros que presumimos. A mancha corresponde às areias que estarão acumuladas sobre os pavimentos do rés do chão.

É hipotética a cota de 2.60m que damos ao pavimento inferior⁹. Torna-se necessário realizar sondagens para verificar esse nível, hoje oculto por areias. Os pavimentos seriam de tijoleira, de *opus signinum* ou empedrados. Não temos necessidade, aliás, de supor que todos os compartimentos eram pavimentados da mesma forma. Marques da Costa (1930-1931: 23) diz que os compartimentos C da sua planta (= divisões 1 e 2 da nossa FIG. 7) eram ladrilhados “com *lydia* ou tijolos

⁹ As nossas cotas reportam-se à rede geodésica nacional.

triangulares”¹⁰. Parece difícil admitir que tenham desaparecido por completo os vestígios dos pavimentos do rés do chão. Até que novas escavações se realizem e se encontrem restos desses pavimentos deve manter-se *sub judice* a nossa proposta de cota de 2.60m. Poderá ser um pouco mais elevada?

Na parede oriental dos nossos compartimentos 7 e 10 – parede que representamos na FIG. 9, reproduzida do levantamento do Arq^o Paulo Aires –, uma série de alvados para inserção dos barrotes que sustentavam um pavimento dá-nos um nível de piso à cota de 6.00m aproximadamente. Este nível é confirmado por restos de revestimento de argamassa de cal que ainda se conservam em algumas paredes da casa (para além da parede ilustrada) e por uma meia-cana de *opus signinum* remanescente no canto noroeste da sala 1.

Vindo agora ao alçado de Marques da Costa (FIGS. 1 e 4), podemos fazer uma primeira reconstituição da fachada setentrional da casa (FIG. 10). A cinza projeta-se o que Marques da Costa ainda terá visto em 1898 e desenhou.

Marcamos, na base, a cota de 2.60m e, mais acima, a de 6.00m. Esta última passa pela base da janela que Marques da Costa desenha sobre a porta do lado esquerdo da nossa imagem e pela base do janelão do lado direito.

A diferença entre as duas cotas é de 3,40m. Se replicarmos este pé-direito, acharemos uma linha à cota de 9.40m, que passa um pouco acima do arco de descarga que alivia a janela do lado esquerdo do alçado de Marques da Costa.

No corte da nossa FIG. 8, apenas os muros *b*, *c*, *f*, e *g* subsistem a cota superior a 6.00m. Num ou noutro ponto da casa, as paredes ainda se mantêm um pouco mais altas, mas nenhum corte seria mais expressivo. De qualquer forma, nenhum muro alcança, hoje, a cota dos 9.00m. O muro *g*, como diremos mais adiante, foi reconstruído e alteado por ocasião de obras de conservação e restauro realizadas nos meados do século passado.

¹⁰ Os tijolos “lídios” eram retangulares, com 1½ por 1 pé romano, isto é, cerca de 0,44x0,29m (VITRÚVIO 2.3; BRODRIBB, 1987: 37-40). Lendo Marques da Costa, ficamos na dúvida sobre se tijolos retangulares e triangulares eram usados no mesmo pavimento. Ou o autor chamou indevidamente “lídios” também a tijolos triangulares? Ou, terceira hipótese, Marques da Costa não chegou a ver o pavimento e o seu “ou” significa que não tinha a certeza do formato das tijoleiras?

Não podemos imaginar o beirado do telhado da casa à cota de 9.40m. Com efeito, lemos no *Diário*:

“No dia 3 [*de maio de 1850, dia em que começaram as escavações do edifício*] escavou-se na parte superior de um medão de areia, que terá 60 palmos sobre o nível do mar; imagine-se uma casa de 2 andares enterrada na areia e cheia de areia e entulho, da qual a parte superior das paredes estava nivelada com o terreno. Principiou-se a desentulhar-se pela parte de cima e pela parte exterior do norte; encontraram-se logo depois da 1ª camada de areia muitos fragmentos de telhas, e entulho” (CASTELO-BRANCO, 1963: 30).

Os 60 palmos correspondem a 13,20m. Se, rigorosamente, não podemos converter estes 13,20m de altura numa cota de 13.20m reportada à rede geodésica atual, também não podemos admitir uma considerável diferença. Os autores do *Diário* devem ter calculado a altura a partir da cota do estuário do rio. Temos de elevar o prédio até uma cota pelo menos vizinha daqueles 13,20m; temos mesmo de ultrapassá-la, visto que os escavadores não terão encontrado as paredes conservadas na sua integridade, mas já arruinadas e diminuídas da sua altura original. Pouco depois de terem começado a escavação, encontraram “muitos fragmentos de telhas” que devemos interpretar como restos do telhado abatido.

Mais adiante no *Diário* lê-se:

“...tratou-se de remover as areias da casa do lado do nascente onde havia sido descoberta a varanda ou terrado com o pavimento de mosaico... achámos fixas sobre a parede da frente da varanda duas bases de mármore de colunas, e escavando-se numa parte desta varanda com o fim de irmos descendo ao piso térreo, quando apenas a tínhamos refundado coisa de três palmos observámos que a parede da frente se desmoronava, e passando a examiná-la, vimos que estava num completo estado de ruína; tratámos pois de apelar essa altura da parede já descoberta, e feito isto demos logo ao meio dela com um capitel de mármore azulado de forma coríntia, o qual se apoiava sobre uma coluna do mesmo mármore, inteiriça, e separada apenas do seu capitel, e da base sobre que assentava: esta coluna mantinha ao meio a parede ou arco de alvenaria que se

desmoronara, formando-se assim um pórtico bipartido... a coluna tinha 12 palmos de altura e palmo e meio de diâmetro na sua maior grossura” (CASTELO-BRANCO, 1963: 39).

A “casa do lado do nascente” não pode deixar de identificar-se com aquela parte do prédio que na planta de Marques da Costa leva as letras D e E; por contraposição, casa do lado do poente seria a C de Marques da Costa.

Por outro lado, integrando no todo do *Diário* a parte que acabámos de transcrever, temos de concluir que os escavadores estavam a trabalhar na fachada norte da casa.

Havia, pois, deste lado, uma varanda porticada. Não podendo restituí-la na cota de 6.00m das nossas FIGS. 8 e 10, parece-nos razoável (ou mesmo imperativo) supô-la na de 9.40m, como propomos nas FIGS. 10 e 11.

A partir das dimensões do fuste dadas pelos diaristas, e tendo em atenção que o capitel era coríntio, podemos, observadas as proporções canónicas da ordem coríntia, restituir a altura total das colunas, com base, fuste e capitel: 4,20m.

Apoiavam-se as colunas sobre uma “parede” que tinha, de altura, “cousa de três palmos”. Estes correspondem a 0,66m. Porque “cousa de” é uma aproximação e não uma medida rigorosa, imaginamos um parapeito com cerca de 0,90m de altura (conveniente para um peitoril).

Na reconstituição do pórtico da varanda encontramos duas dificuldades.

A primeira diz respeito aos intercolúnios. Que dimensão lhes devemos dar? Distanciámos as colunas de acordo com a construção geométrica representada na FIG. 10 – mas isto não passa de uma proposta que nos parece razoável.

Outra dificuldade deriva do facto de no *Diário* se dizer que uma coluna “mantinha ao meio a parede ou arco de alvenaria que se desmoronara”. A disjuntiva parece significar que os escavadores não conseguiram determinar se as colunas da varanda davam apoio a um entablamento (ao qual teriam dado a incorreta designação de “parede”) ou a uma arcaria.

No caso de uma arcaria, os arcos não seriam feitos de alvenaria, mas de tijoleiras – embora sobre os arcos de tijolo se apoiasse obra de alvenaria. No caso de entablamento, este exigiria uma arquitrave de pedra ou mármore.

Na dúvida, optamos por restituir, sobre os capitéis, um entablamento.

O mármore “azulado” dos diaristas seria o de Trigaches (Beja).

Na FIG. 12 imaginamos, em corte, o que seria o alçado da casa pelo seu eixo mediano, de norte a sul.

O edifício terá sido construído numa encosta cuja inclinação média poderia andar pelos 10° ou 12°. A linha do nosso desenho representa o suposto declive natural.

A varanda da fachada norte ficaria à mesma cota da entrada principal da casa, a sul. O plano correspondente à cota de 9.40m seria o do piso nobre do edifício.

Atente-se no corte da FIG. 12, mas, ao mesmo tempo, na planta proposta para o piso nobre da casa (FIG. 13). Dificilmente se entenderá a nossa ideia se o corte e a planta não forem lidos em simultâneo.

Talvez um pórtico, que não representamos, acompanhasse a fachada sul.

Franqueada a entrada, ao lado da qual ficaria o cubículo do porteiro, achar-nos-íamos num quadripórtico assente sobre criptopórtico e debruçado sobre um saguão.

O criptopórtico terá sido a solução adotada pelo arquiteto para vencer o desnível. Temos dúvidas sobre se o criptopórtico era quadrilátero (como o apresentamos nas FIGS. 12 e 13) ou trilátero. Podemos admitir que, do lado sul, não havia a galeria abobadada que imaginamos, mas apenas a parede meridional do saguão.

Como a parte meridional da casa nunca foi escavada (as plantas das nossas FIGS. 6 e 7 permitem entender que muros se encontram visíveis), é provável que novas escavações resolvam esta dúvida: criptopórtico quadrilátero ou trilátero? Ao mesmo tempo, poderão revelar se o criptopórtico era abobadado ou se a cobertura era plana. Na FIG. 12 imaginamos uma cobertura abobadada, em dois planos, mas não podemos excluir a hipótese de um teto plano, com vigamento de madeira. Em qualquer dos casos, o pavimento sobre a galeria superior do criptopórtico poderia ser de mosaico.

No piso nobre haveria vários *cubacula*; ao fundo, isto é, do lado norte, ficaria o triclinio da casa.

Apoiámos as paredes do triclinio nas paredes laterais dos compartimentos 7, 8, 9 e 10 da nossa FIG. 7. A sala teria, assim, cerca de 7,85x9,80 m. Partindo da recomendação de Vitrúvio 6, 5 e de Paládio 1, 12, damos ao triclinio uma altura de cerca de 8,82 m. Com efeito,

aqueles autores mandam somar comprimento e largura e dividir por 2 o resultado para se achar a altura conveniente da sala.

Marcamos na planta da FIG. 13 a cozinha. Marques da Costa (1930-1931: 25), apoiando-se, aliás, no *Diário* de 1850, diz que havia aqui, “sobre o pavimento de argamassa signina e ao centro da casa, um lar (*focus?*) como o das atuais chaminés, mas quase raso, tendo em roda um pequeno ressalto de tijolo que assentava sobre a argamassa”. A descrição concorda com o que se lê no *Diário* (CASTELO-BRANCO, 1963: 42). O achado, nesta divisão, e segundo os diaristas, de “dois vasos de barro ordinário, tendo [um] a forma dos nossos tachos, enquanto o outro apresentava o feitio das nossas pequenas bilhas de barro destinadas a conterem azeite para serviço doméstico”, parece confirmar a identificação do compartimento como cozinha.

Que significam os arcos de círculo que traçamos na nossa FIG. 12 a meia-altura do criptopórtico?

Na planta da FIG. 7 assinalamos com um círculo o ponto onde ainda se observa o arranque de um arco de tijoleiras.

Não é muito fácil calcular a cota de arranque deste arco, dado o desvio da parede por efeito da pressão das areias. Parece-nos, todavia, que o arco arrancaria a uma cota próxima dos 5.50m.

Num primeiro ensaio de reconstituição admitimos a hipótese de este arco ser o único hoje visível de uma série de outros que, regularmente intervalados, funcionariam como arcos torais de uma abóbada de *opus caementicium*. Imaginámos então um criptopórtico de dois andares, ambos abobadados. Deve admitir-se, porém, outra hipótese: os arcos podem ter funcionado como contrafortes internos para garantirem a estabilidade das paredes, muito altas, do criptopórtico; ao mesmo tempo, terão servido para apoiarem as vigas de um sobrado. Em qualquer dos casos, o criptopórtico teria dois andares.

Entre as duas hipóteses é difícil uma opção. Resta-nos esperar que, escavada aquela parte da casa que ainda se encontra soterrada, se ache resposta para a dúvida – como possivelmente se encontrará para a interrogação anteriormente apresentada: o criptopórtico era quadrilátero ou trilátero? Mesmo que a parte por escavar do edifício venha a encontrar-se muito arruinada, recolher-se-ão certamente elementos que permitirão resolver o que, por enquanto, é problema.

Na nossa FIG. 12 desenhamos as frestas que, abertas para o saguão, arejavam e iluminavam o criptopórtico. Das frestas inferiores conservam-se inequívocos vestígios, que representamos na FIG. 7. O

que se conserva delas permite determinar-lhes a largura, mas não a altura. É possível que, mais acima, houvesse frestas similares, mas o nosso desenho delas é meramente hipotético.

Forçoso é pensar que havia porta(s) do piso inferior do criptopórtico para o saguão. A planta de Marques da Costa (FIG. 4) parece localizá-la, mas não corresponde ao que hoje se observa.

Na planta da FIG. 7, onde o círculo assinala, como dissemos, o arranque de um arco, desenhamos outros arcos semelhantes. Seriam os tais arcos estruturais de uma abóbada ou os que, servindo de reforço às paredes do criptopórtico, ao mesmo tempo apoiariam um sobrado. Devem tomar-se como simples sugestões. Nada se conserva deles.

Parece-nos razoável supor um acesso direto do exterior ao criptopórtico. Propomo-lo na planta da FIG. 7: uma porta na fachada ocidental do prédio dava entrada a um patamar do qual arrancaria uma escada descendo ao piso inferior do criptopórtico. Se o muro em L de que se observam restos consente esta hipótese, só o prosseguimento das escavações poderá vir a confirmá-la (se a não desmentir). Do mesmo patamar haveria acesso direto ao suposto piso superior do criptopórtico e subiria outra escada ao piso nobre da casa.

Voltando à planta da FIG. 13, desenhamos a oriente do triclinio uma sala comprida que se sobrepõe aos compartimentos 12 e 13 do rés do chão. Esta sala teria acesso, a sul, a partir do “peristilo” do piso nobre, e uma porta, a norte, para a varanda. Marques da Costa (1930-1931: 28) apresenta um “esboço perfunctório da secção vertical” deste compartimento (sua FIG. 41, que aqui reproduzimos como nossa FIG. 14). Parece-nos algo fantasista este esboço e não imaginamos a sala coberta por abóbada. Aliás, Marques da Costa não pode ter visto esta suposta abóbada, pois a fotografia de 1898 (FIG. 2) dá inequívoco testemunho de que, se acaso existiu, já se não conservava.

Poderá Marques da Costa ter encontrado, nos papéis hoje perdidos da *Sociedade Archeologica Lusitana*, alguns desenhos ou relatório mais circunstanciado do que o do *Diário* de 1850? Ou baseou-se nesta publicação, mas interpretando-a mal?

Lê-se no *Diário*:

“... continuaram os mesmos trabalhos até que... se descobriu uma abóbada pela parte superior do primeiro pavimento das casas descobertas do lado do nascente, mas como ameaçasse ruína não foi explorada a abóbada”.

O passo transcrito não é fácil de entender. Parece-nos que as “casas descobertas do lado do nascente” se devem identificar com as divisões a oriente do triclinio. Admitindo-o, podemos perguntar-nos se o compartimento que imaginamos desse lado deve dividir-se em duas salas. Por outro lado, é estranha a descoberta de “uma abóbada pela parte superior do primeiro pavimento”. Tratar-se-á de um *lapsus calami* ou defeito de expressão? Queriam os diaristas dizer que, tendo chegado a um pavimento (que poderia estar roto ou destruído nalguma extensão), verificaram que ele assentava sobre uma abóbada?

Na FIG. 8 imaginamos este(s) compartimento(s) assentes sobre uma abóbada.

Na figura de Marques da Costa que reproduzimos como nossa FIG. 14 representam-se as pinturas murais do(s) compartimento(s) supostamente abobadados. São, mais do que provavelmente, aquelas a que se refere o *Diário* nestes termos:

“... continuando o trabalho na casa da parte do nascente descobriram-se alguns painéis de roxo antigo [*seria a cor que hoje designamos de vermelho pompeiano*] com umas faixas ao centro em forma de bambinelas, pintadas a fresco sobre reboco pardo, quase todo em mau estado, apenas o canto de um deles estava em perfeito estado de conservação, a cor estava o mais bem assente possível e com um lustro muito vivo...” (CASTELO-BRANCO, 1963: 33).

Nada nos permite imaginar os “painéis” e as “faixas em forma de bambinelas” com a configuração que Marques da Costa deu às pinturas no seu “esboço perfunctório”. Uma vez mais perguntamos: acaso o autor viu desenhos executados pela *Sociedade Archeologica Lusitana* e posteriormente perdidos?¹¹

Na FIG. 39 do seu artigo de 1930-1931 (aqui reproduzida como nossa FIG. 15), Marques da Costa apresenta, em perspetiva, a mesma sala, agora com seu pavimento de mosaico. O desenho do mosaico que

¹¹ Se entre os papéis da *Sociedade Archeologica Lusitana* havia desenhos, e se Marques da Costa os viu, por que razão os não reproduziu e fez um “esboço perfunctório”? Podemos admitir que os tenha visto e que, mais tarde, ao preparar o artigo que viria ser publicado n’ *O Archeologo Português* de 1930-1931, os tenha procurado de novo e já os não tenha encontrado. A procura destes desenhos seria de grande utilidade, mas não é tarefa que esteja ao nosso alcance.

Marques da Costa publicou na Est. IX daquele seu artigo parece-nos ser reprodução de desenho feito pela Sociedade.

A varanda do lado norte da casa desenharia um L e acompanharia o lado ocidental do triclinio. Assim interpretamos mais uma passagem de sentido algo obscuro do *Diário*:

“Depois passámos a remover areia da casa do lado sul contígua à varanda, e vimos então que esta casa, se não continuação da mesma varanda, porque esta só é dividida por um pilar quadrangular, formando assim duas entradas, também havia tido o seu pavimento de igual obra de mosaico, assente sobre a mesma argamassa...” (CASTELO-BRANCO, 1963: 39).

Temos de confessar a nossa extrema perplexidade. A que é que os diaristas chamam “continuação da mesma varanda”? Estão a referir-se à varanda da fachada norte da casa? E reportam-se ao lado ocidental, onde, segundo a nossa reconstituição, haveria uma galeria porticada deitando para um terraço (FIG. 13), ou ao lado oriental? Neste caso, porque a parede norte da sala a oriente do triclinio seria ligeiramente recuada, poderíamos efetivamente falar de “continuação da mesma varanda”. Mas onde situar o pilar quadrangular que formaria duas entradas?

Alinhamos a parede norte da divisão contígua ao triclinio (e a oriente deste) pelo plano vertical da parede que Marques da Costa desenha em E (da nossa FIG. 4). A parede ficaria, pois, recuada relativamente à parede norte do triclinio. Podemos assim admitir uma “continuação da mesma varanda”, ainda que em curta extensão. Neste caso, em vez de imaginarmos uma parede com porta central como desenhámos na Fig. 13, devíamos supor um pilar central e dois vãos laterais? O pilar suportaria uma arquitrave ou apoiaria dois arcos, um para cada lado?

Uma das partes da casa que põe mais problemas de restituição é o seu lado ocidental, isto é, o espaço C de Marques da Costa.

Já dissemos que o autor se enganou ao supor que era um edifício autónomo separado da vivenda por uma viela. É inequívoco que temos de integrar as divisões 1 e 2 da nossa FIG. 7 na mesma vivenda e fazer da “viela” um corredor.

A configuração retangular do pilar à entrada de 2 permite a hipótese de nele assentarem dois arcos, como representamos na FIG. 7. Os

arcos elevariam à cota de 6.00m o pavimento de uma sala sobreposta a 2. Sobre o compartimento 1 haveria um piso à mesma cota. No canto noroeste da sala, sensivelmente à cota de 6,00m, um resto de meia-cana de *opus signinum* confirma esse pavimento. O janelão da fachada também o exige.

Nas paredes laterais do compartimento não se observam hoje os alvados que devem ter existido para inserção dos barrotes que suportariam o pavimento. Marques da Costa representou-os (FIG. 16). Segundo informação da Doutora Inês Vaz Pinto, a ruína das paredes levou a um restauro (ou reconstrução) das mesmas a partir de cota inferior à dos alvados, tendo desaparecido, por isso, essa evidência.

Temos dúvidas relativamente à coluna que Marques da Costa desenha no vão da porta do seu compartimento C (FIG. 5). Parece-nos insustentável a ideia. O compartimento, pela sua dimensão, parece um espaço de armazenamento; uma coluna no meio da porta estorvaria a passagem. Talvez a coluna tenha sido encontrada tombada no chão, junto (ou mesmo em frente) da porta. Mas não terá caído da janela? A sua restituição na porta será um equívoco?

Escreveu Marques da Costa (1930-1931: 21-22):

“Na fachada da casa voltada para o norte e para o estuário do Sado abre-se um largo vão de porta que dava entrada para o rés-do-chão da casa, e sobre este vão, a uma distância vertical de 1,^m5 e correspondendo a um 1º andar, vimos a parte inferior de outro vão de janela, sobreposto ao da porta, mas muito mais largo do que o desta. Pelas escavações a que procedeu a S. A. L. viu-se que o vão da porta do rés-do-chão era bipartido por uma coluna coríntia de mármore azulado, de que se encontrou o capitel e parte do fuste.

No 1º andar, e por cima da porta, abria-se a larga janela acima referida. O vão desta era tripartido por duas colunas coríntias com as bases de mármore, os fustes formados até meia-altura com tijolos talhados em sectores de quarto e de meio círculo e daí para cima, como também os capitéis, de mármore. Estas colunas ficavam na vertical que passava pelas ombreiras da porta de entrada no rés-do-chão”.

Ora o que lemos no *Diário* é apenas isto:

“... descobriu-se uma janela de peito perpendicular a uma porta da

qual está separada por um arco de cal e tijolo” (CASTELO-BRANCO, 1963: 31).

Não podemos deixar de perguntar-nos se Marques da Costa não inventou o que os diaristas não dizem.

É certo que noutro ponto do *Diário* lemos:

“... vimos que tinha uma larga janela, e tão larga que era tripartida por duas colunas formadas de cal e tijolo amoldado para tais obras” (CASTELO-BRANCO, 1963: 40).

Parece-nos que os diaristas se referem, neste passo, a uma outra janela que estaria na parede norte do triclinio, voltada para a varanda. Aí a restituímos na nossa FIG. 11. O texto do *Diário* não nos permite, porém, situar com segurança a janela a que se refere.

Apesar de todas as dúvidas, parece-nos razoável imaginar duas colunas no janelão sobre a porta.

A reconstituição proposta por Marques da Costa no desenho que reproduzimos na FIG. 16 também nos parece muito duvidosa. Em alternativa, imaginamos um terraço ou solário à cota de 9.40m. Terraço semelhante poderia existir no lado oposto da casa (FIGS. 11 e 13). Os terraços seriam espaços convenientes de recreio ou de descanso (se ou quando o sol e o calor não fossem excessivos), ou até para refeições ao ar livre.

Na FIG. 17 propomos uma restituição da fachada ocidental da casa. Vê-se a porta lateral que imaginámos na FIG. 7, e de cujo patamar se alcançariam o piso inferior do criptopórtico e o piso nobre da casa. As colunas devem ler-se, não no plano da fachada, mas num plano mais recuado, como se entende recorrendo à FIG. 13 e ao corte da FIG. 8. O corpo alteado rematado por chaminé é o da cozinha da planta da FIG. 13.

Regressemos agora ao “corredor” 4 da planta da FIG. 7, também representado no corte da FIG. 8, entre os muros [e] e [f]. O piso inferior, à cota de 2.60m, estaria ao nível do saguão e do piso inferior do criptopórtico. Deste último subiria uma escada de madeira até um piso sobradado a meia-altura do “corredor”. A hipótese de uma escada explicaria por que razão a parede oriental de 2 está recuada relativamente à de 1. Aliás, já Marques da Costa (1930-1931) sugeriu a mesma explicação (embora tenha interpretado o “corredor” como uma viela).

Desse piso subiria outra escada de madeira para o andar nobre da casa.

As Figs. 18 e 19, finalmente, apresentam o plano de cobertura da casa e uma visão perspectivada global da mesma.

Conclusão

A nossa reconstituição da casa da rua da Princesa é altamente hipotética. Foram muito ponderados todos os elementos disponíveis: o *Diário* de escavações de 1850, as fotografias antigas, as plantas e o alçado de Marques da Costa, a planta e os alçados do que ainda subsiste. Estes elementos são, todavia, escassos. Nada se conserva do que seria o piso nobre da casa. O alçado de Marques da Costa não atinge a cota dos 9.40m, na qual supomos ficariam o piso nobre e a varanda voltada ao estuário do Sado.

Sondagens para determinar a cota dos pisos do rés do chão poderão desmentir a nossa suposta cota de 2.60m. A eventual correção desse nível não constituirá, porém, argumento para desfazer tudo quanto construímos.

Projetos do maior interesse seriam a escavação do que ainda resta da casa, enterrado nas areias, e a escavação da outra *domus*, a oriente. Seria esta similar, em planta e alçado, à casa que tentámos reconstituir? Achar-se-á tão bem conservada como estava, em 1850, a casa que aqui analisámos?

A casa da rua da Princesa, tal como a reconstituímos, tem amplos espaços para armazenamento e para alojamento de criados.

O proprietário seria dono de alguma(s) oficina(s) de *garum*. Nos baixos da sua casa alojar-se-iam os criados domésticos e os trabalhadores da(s) oficina(s), assim como se armazenariam as ânforas já carregadas e prontas para exportação.

Junto da casa, na margem do estuário, poderia haver um cais de embarque.

É curioso um tesouro de 1856 moedas encontrado numa ânfora nesta casa (CASTELO-BRANCO, 1963: 30 e 35). Quase 80% das moedas correspondem a emissões do último quartel do séc. IV e dos inícios do V. O escasso valor das moedas dificilmente consente a hipótese de se tratar de pagamento feito, ao proprietário, por algum mercador que lhe tivesse adquirido um carregamento de ânforas. Destinar-se-iam essas

moedas a pagar aos trabalhadores? Não é forçoso deduzir, da cronologia da moeda mais recente do tesouro, que este data de inícios do séc. V. O abastecimento de moeda praticamente terminou nesta data e o numerário antigo continuou em circulação adquirindo um valor muito superior ao facial. O valor real do tesouro poderia ser, nos finais do séc. V, considerável. Não temos prova de que a casa foi abandonada nos inícios do século.

Também é desconhecida a data de construção da casa, dada a ausência de materiais que a certifiquem. Poderá ela ter sido edificada no séc. III?

AGRADECIMENTOS

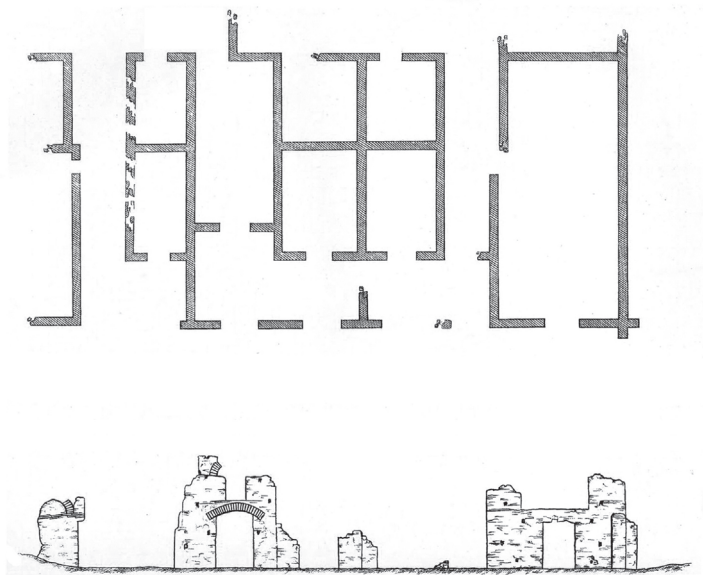
À Doutora Inês Vaz Pinto, por úteis esclarecimentos que nos prestou e fotografias que nos disponibilizou.

À Divisão de Cultura da Câmara Municipal da Figueira da Foz e ao seu Arquivo Fotográfico, pela cedência de uma cópia da fotografia de Marques da Costa (Fig. 3) e pela autorização para a reproduzirmos.

REFERÊNCIAS

- ABASCAL, Juan Manuel e CEBRIÁN, Rosario (2009) – *Los viajes de José Cornide por España y Portugal de 1754 a 1801*, Madrid: Real Academia de la Historia.
- ALARCÃO, Jorge de (2011) – Os *Cornelii Bocchi*, Tróia e *Salacia*, in CARDOSO, João Luís e ALMAGRO-GORBEA, Martín (eds.), *Lucius Cornelius Bocchus. Escritor lusitano da Idade da Prata da Literatura Latina*, Lisboa: Academia Portuguesa da História / Madrid: Real Academia de la Historia.
- BRODRIBB, Gerald (1987) – *Roman brick and tile*, Gloucester: Alan Sutton Publishing.
- BRUM, Patrícia Santiago Pinto (2013) – *Contributos para a programação museológica do acervo arqueológico romano de Tróia. Museu ou centro de interpretação?*, Tese de mestrado apresentada à Universidade Nova de Lisboa.
- CARDOSO, João Luís (2014) – António Inácio Marques da Costa (1857-1933), Setúbal, Tróia e a Arrábida: percurso de um pioneiro dos estudos arqueológicos regionais em Portugal vistos pela correspondência enviada a José Leite de Vasconcelos, *Setúbal Arqueológica*, 15, Setúbal, pp. 11-44.
- CASTELO-BRANCO, Fernando (1963) – *Aspectos e problemas arqueológicos de Tróia de Setúbal*, Separata da revista *Ocidente*, vol. 65.
- COSTA, A. I. Marques da (1898) – Estudos sobre Tróia de Setúbal, *O Archeologo Português*, 4, Lisboa, pp. 344-352.

- COSTA, A. I. Marques da (1930-1931) – Estudos sobre algumas estações da época luso-romana nos arredores de Setúbal, *O Archeologo Português*, 29, Lisboa, pp. 2-31.
- CRAWFURD, Oswald (1882) – *Portugal old and new*, Londres: K. Paul, Trench & Co.
- FIGUEIREDO, A. Mesquita de (1913) – Monuments romains du Portugal, *Revue Archéologique*, 21, Paris, pp. 347-370.
- MARTINS, Ana Cristina (2014) – A *Sociedade Archeologica Lusitana* no contexto da Arqueologia de Oitocentos, *Setúbal Arqueológica*, 15, Setúbal, pp. 203-216.
- PALÁDIO = PALLADIUS, *Traité d' Agriculture, Liv. 1* (edição de René MARTIN), Paris: Les Belles-Lettres, 1976.
- Revista Popular. Semanário de Literatura, Sciencia e Industria*, 3, Lisboa, 1850-1851.
- VITRÚVIO = Auguste CHOISY, *Vitruve*. Paris: Imprimerie-Librairie Lahure, 1909.



5 m

FIG. 1

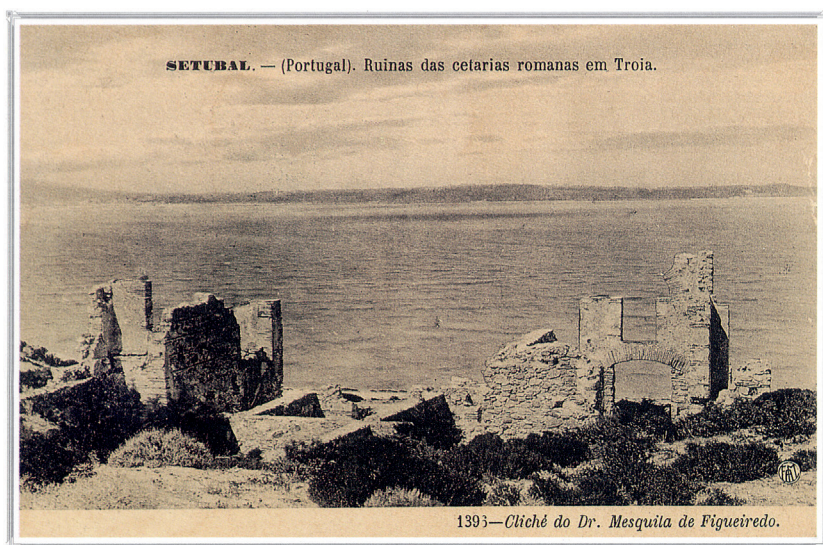


FIG. 2



FIG. 3

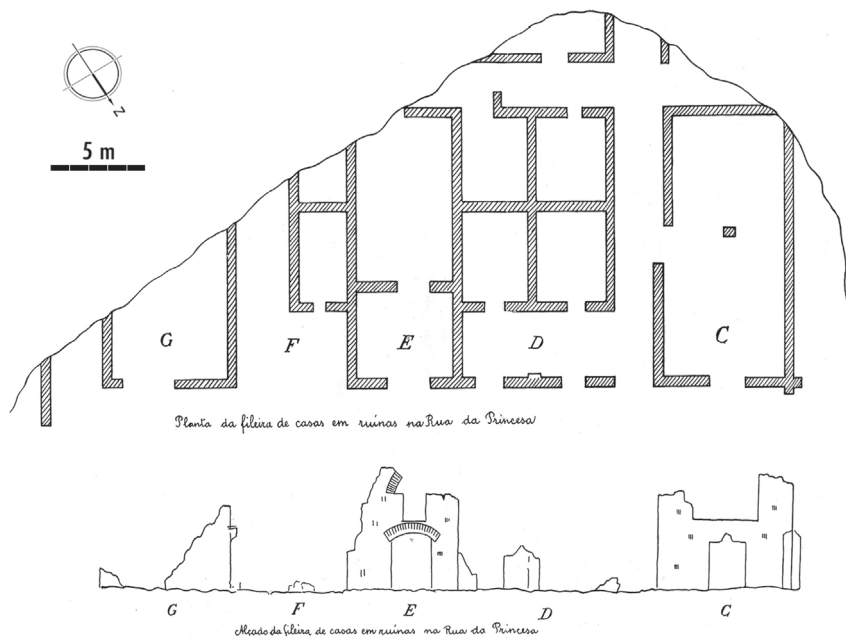


FIG. 4

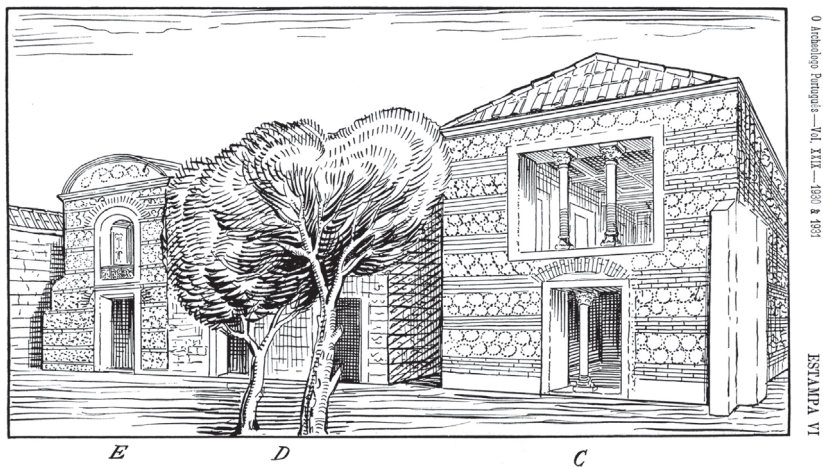


Fig. 34.—Perspectiva do exterior da fileira de casas vista do N.

FIG. 5

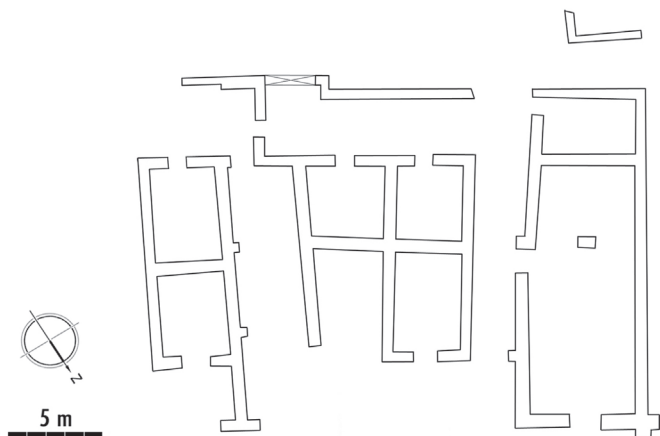


FIG. 6

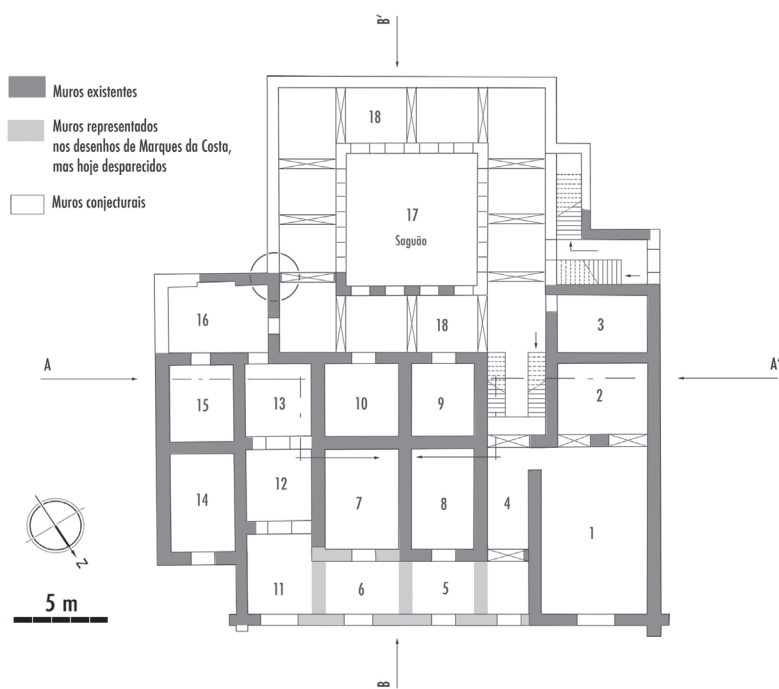


FIG. 7

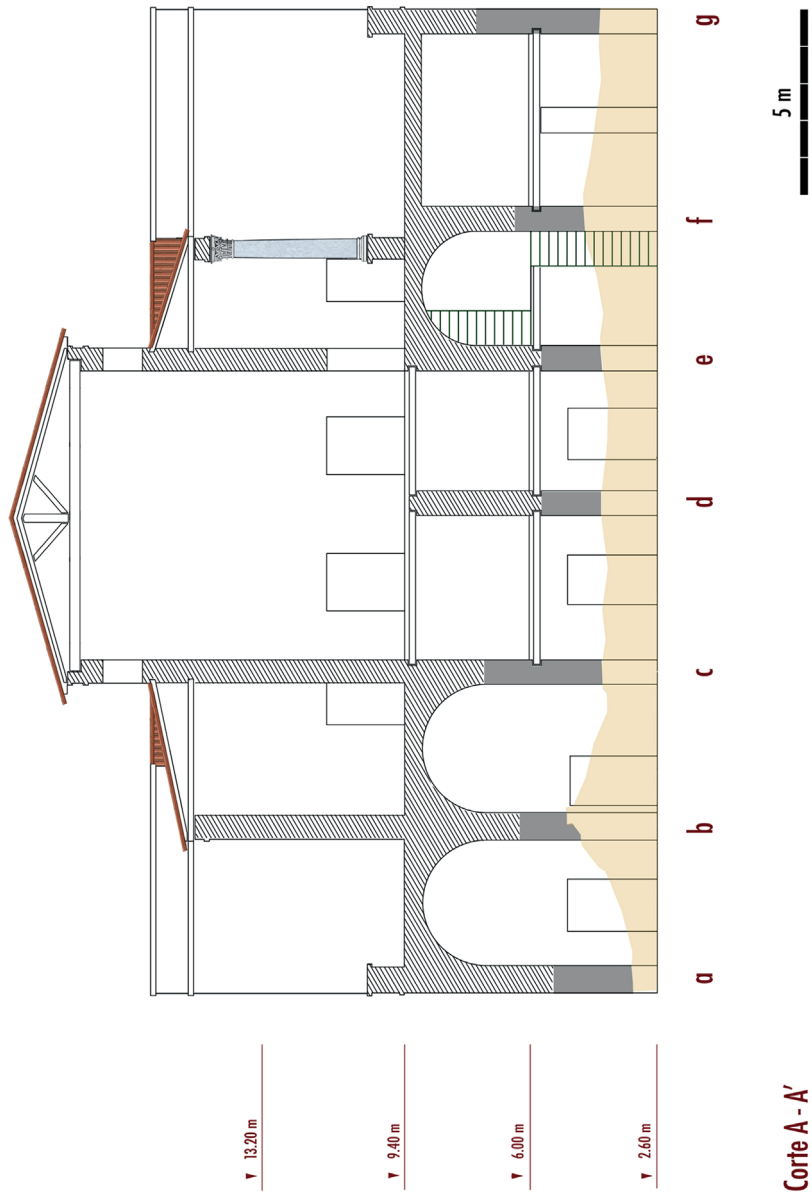


FIG. 8



Fig. 9

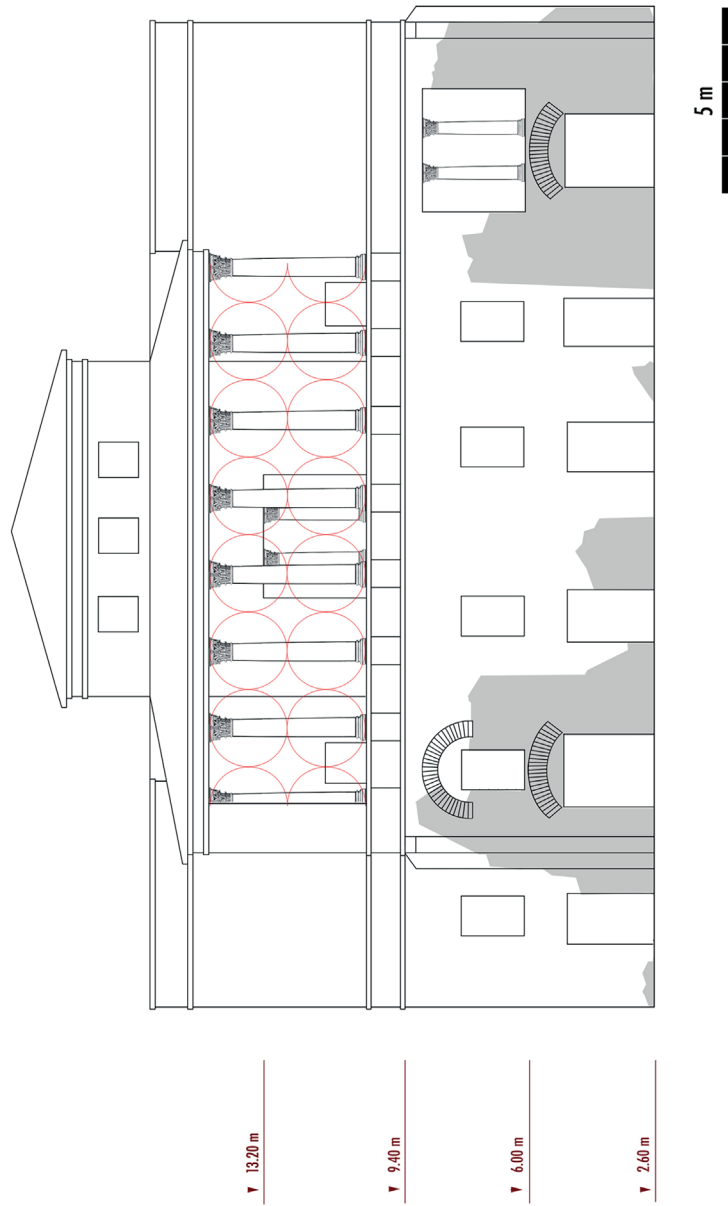


FIG. 10

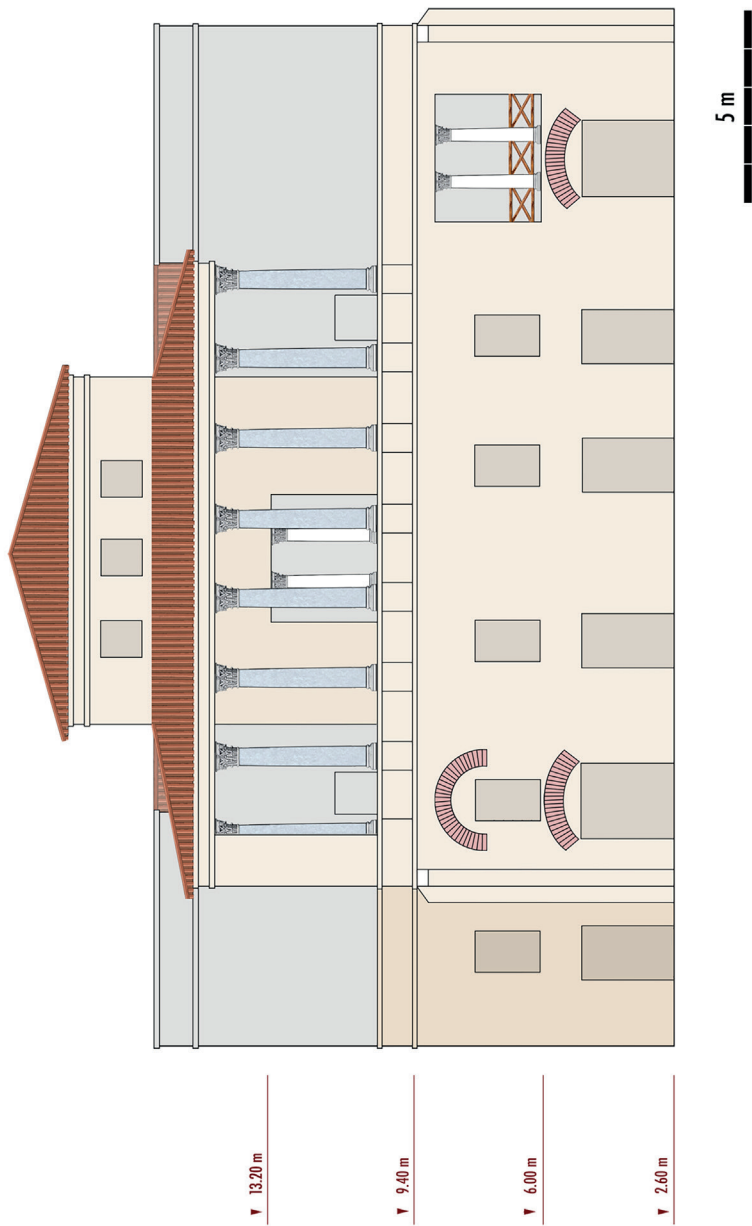


FIG. 11

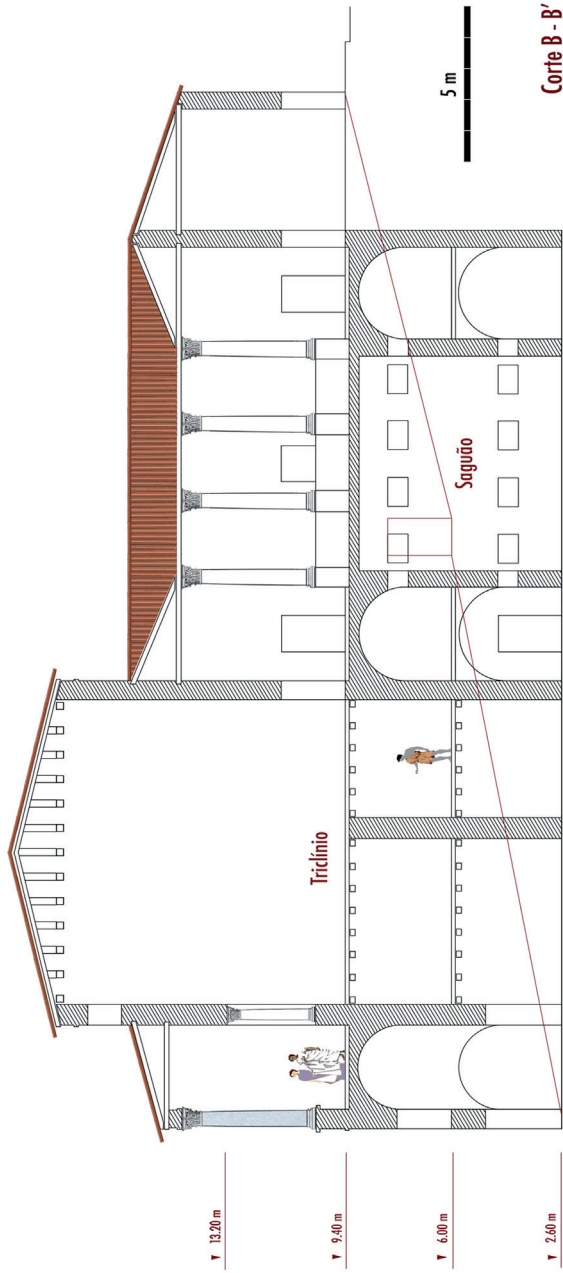


FIG. 12

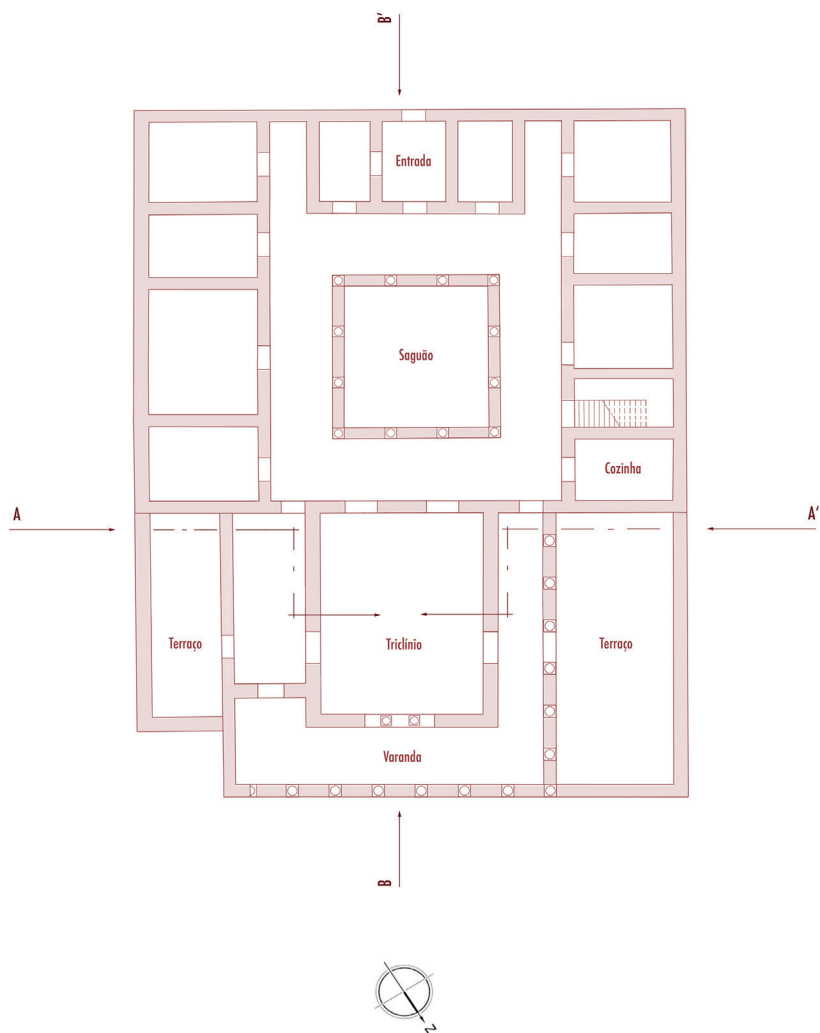


FIG. 13

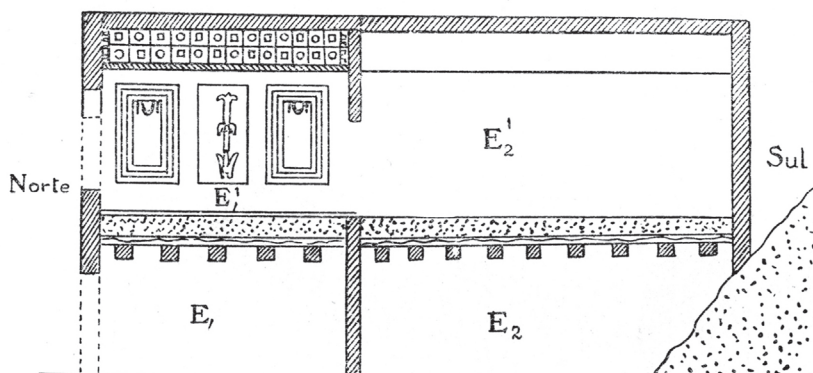


Fig. 41. — Esbôço perfuntório da secção vertical na direcção N.-S. ao meio da casa E da Rua da Princesa e projecção da parede de Este da mesma casa

FIG. 14

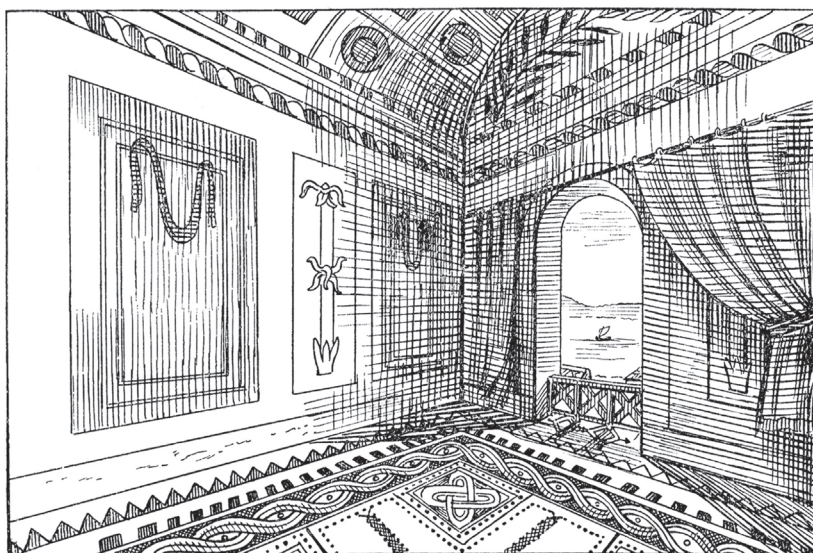


Fig. 39. — Perspectiva do Triclinio da casa do lado Este do Alinhamento

FIG. 15

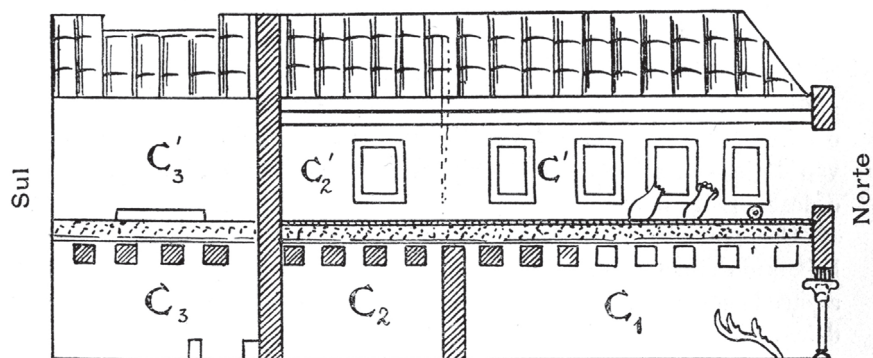


Fig. 36—Corte vertical e longitudinal de N. a S. na casa de W.
do alinhamento da Rua da Princesa

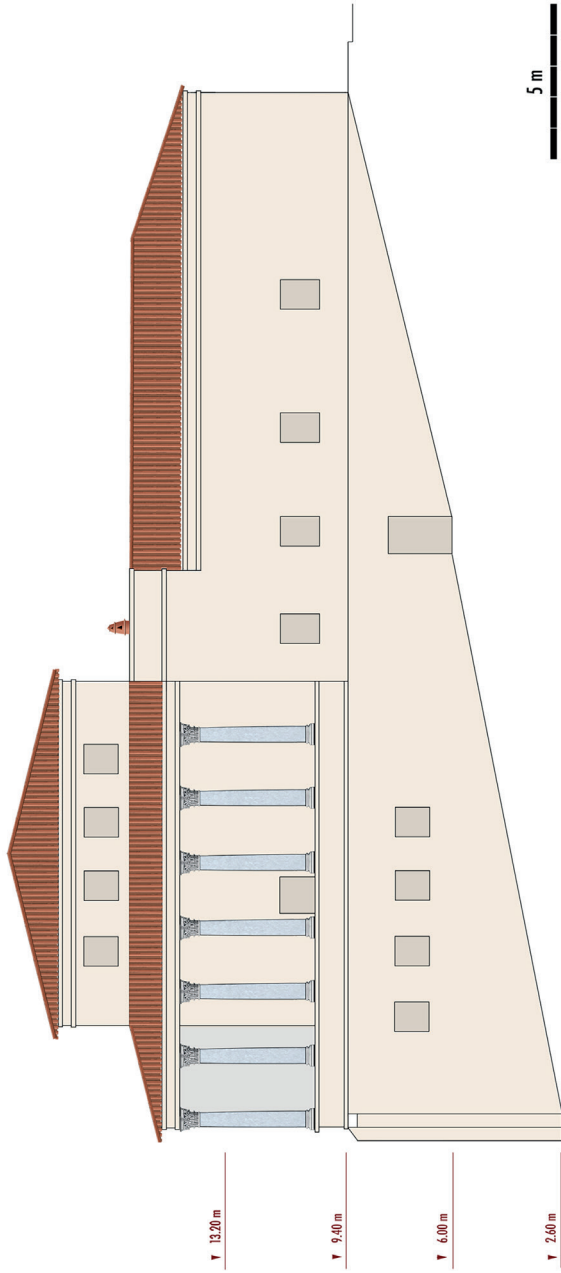


FIG. 17

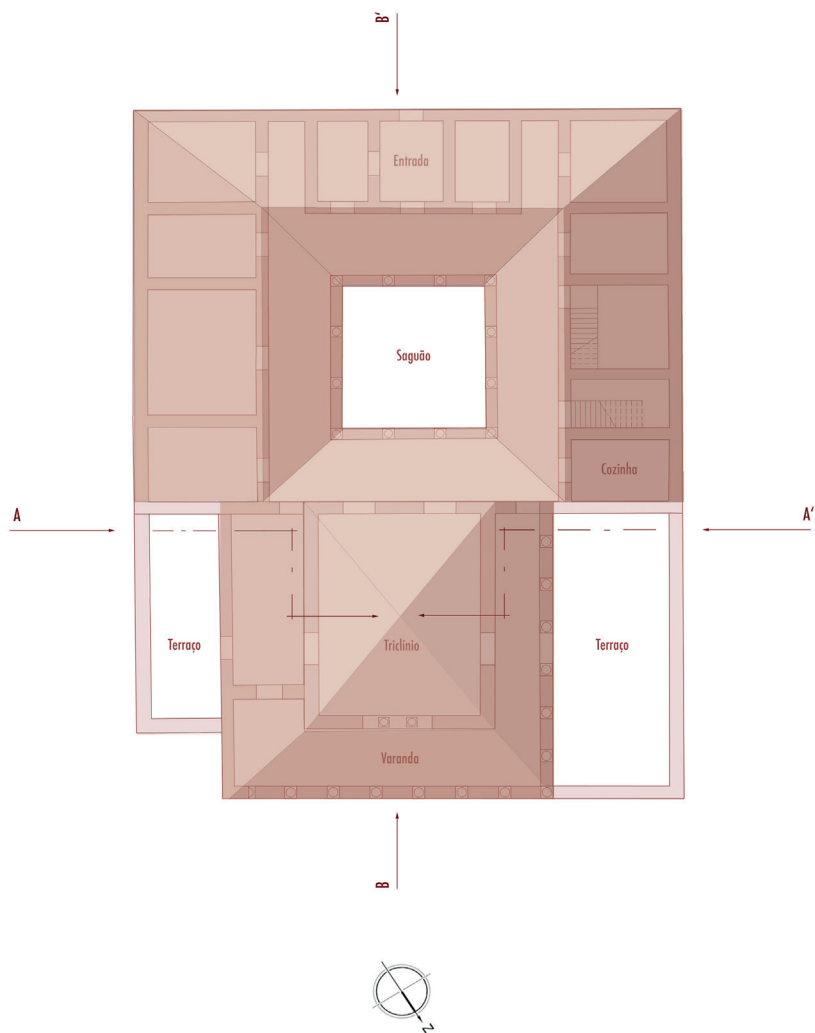


FIG. 18

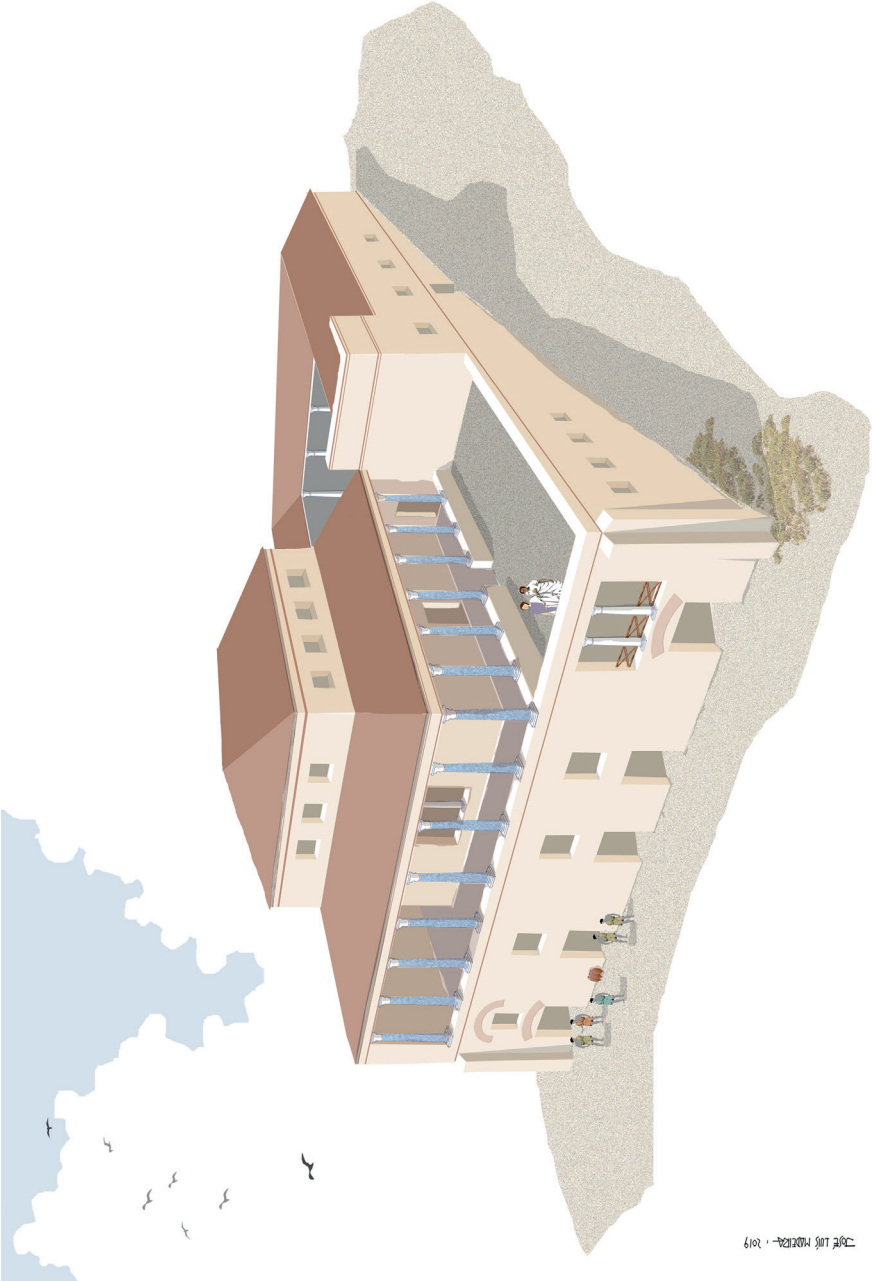


Fig. 19